

POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO CENARIO BRASILEIRO

ROCHA, Giovanna Crispim

Licenciatura em Pedagogia

SILVA, Laila Schneider Bernardes da

Licenciatura em Pedagogia

GONÇALVES, Samara de Fatima Wardani

Licenciatura em Pedagogia

BANDEIRA, Jucimara de Barros Bandeira

Professora orientadora

INOCENCIO.Kellin Cristina Melchior

Professora orientadora

RESUMO

Política educacional são as diretrizes, princípios e ações adotadas por um estado governamental ou educacional. Abrange diversas áreas, como currículo, financiamento, infraestrutura, formação de professores, avaliação, inclusão, tecnologia educacional e muito mais. Para uma política educativa eficaz, esta deve ser desenvolvida com base na investigação, na consulta de peritos, no envolvimento da comunidade educativa e na atenção às necessidades educativas. Nos meados da década de 80 que as avaliações em larga escala começaram a ser aplicadas no país, esse ato foi chamado de Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Público de 1º grau (SAEP) e foi a base de uma política de avaliação federal, atingindo todo um sistema educacional com níveis que vai do ensino fundamental ao superior e assim trazendo uma fase nova entre avaliação e currículo. Com o crescimento das avaliações em grande escala e de todos os níveis educacionais brasileiro, tanto federal, estadual ou municipal, houve um entusiasmo com os resultados no rendimento dos alunos. Com a proposta do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), da Prova Brasil e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), esse processo começou a ser monitorado sistematicamente por meio do processo educativo e tal movimento teve implicações nos currículos e no trabalho pedagógico que é realizado pelas escolas. As propostas atuais têm focado nos resultados dos alunos em cada etapa final do ensino e assim trazendo esperança em um ensino de qualidade, mas gerando várias críticas que acerbam a avaliação e currículo.

Palavras-chave: Políticas educacionais, Avaliação, Currículo.

INTRODUÇÃO

Abordaremos, nesse artigo, a avaliação e políticas educacionais, incluindo a história da inserção da avaliação na educação, bem como as políticas educacionais em relação à avaliação e currículo, abrangendo todos os documentos que regem o sistema educacional.

Quando falamos em políticas educacionais, estamos definindo diretrizes e metas para o sistema educacional, que diretamente influencia a escolha dos conteúdos curriculares, com foco na integração de competências específicas e valores sociais.

Falaremos também sobre o início do monitoramento dos resultados da avaliação, visando a melhoria do ensino no Brasil, tanto nos anos finais da educação básica como no ensino superior. Discutiremos as avaliações realizadas para verificar a qualidade de ensino. Abordaremos a importância das políticas educacionais e sua influência, bem como a necessidade de tê-la no sistema educacional, além de destacar a o papel crucial do professor.

A avaliação desempenha um papel determinante na aprendizagem. Esta relação entre currículo e avaliação, reflete os objetivos do currículo e fornece as ferramentas para a uma melhoria contínua. Diante disso, o seguinte estudo explora as interconexões entre políticas educacionais, avaliação e currículo, destacando sua relevância nos cenários educacionais contemporâneos. Também investiga como as políticas afetam a implementação do desenho curricular e dos métodos de avaliação nas instituições educacionais.

METODOLOGIA

O presente estudo será conduzido por meio de uma revisão bibliográfica, utilizando teorias para embasar os objetivos estabelecidos. A pesquisa tem como propósito de elucidar o processo de integração das políticas educacionais e destacar as vantagens e desafios das avaliações e de seus impactos nas elaborações dos currículos. Para isso, foram consultadas fontes literárias sobre o tema, bem como a análise desses materiais foi realizada, resultando em uma pesquisa empírica bibliográfica de caráter qualitativo que retrata as políticas educacionais, avaliação e currículo no cenário educacional brasileiro.

Para elaborar este trabalho, foi utilizado e analisado fontes literárias sobre o tema.

Portanto, apresenta-se uma pesquisa empírica bibliográfica de natureza qualitativa, baseada em documentos impressos ou virtuais, livros, revistas e artigos com o objetivo de compreender o processo das políticas públicas e educacionais brasileiras.

REFERENCIAL TEÓRICO

As políticas educacionais relaciona-se às diretrizes, aos princípios e ações tomadas por um governo ou nação educacional. Isto ajuda na orientação do sistema educacional de um país, região ou instituição, abrangendo para a formulação dos currículos, administrações financeiras,

infraestrutura de qualidade, formação de professores, avaliações educacionais, inclusão e socialização, letramento tecnológico e muito outros aspectos relacionados a educação.

Ela proporciona uma educação de qualidade permitindo aos indivíduos um propósito central o qual promova a diferença e a igualdade de oportunidades para todos.

O ensino no Brasil discute avaliação e currículo com o objetivo de compreender modelos de avaliação para o melhor desenvolvimento do aluno.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a construção deste artigo, vamos delinear informações para auxiliar o entendimento sobre as relações entre avaliação e currículo e assim, entender sobre os estados e municípios perante as referências curriculares de avaliações externas.

A importância de centralizar o papel do professor e sua autonomia para decidir o que e como trabalhar com os alunos e o desenvolvimento da avaliação educacional e as relações estabelecidas entre avaliação e currículo no cenário atual.

Falar sobre política educacional, estamos nos referindo às diretrizes, princípios e ações adotadas por um estado governamental ou educacional para guiar o sistema educacional de um país, região ou instituição. Ela abrange as seguintes áreas: currículo, financiamento, infraestrutura, formação de professores, avaliação, inclusão e tecnologias educacionais.

Para uma política educacional eficaz, ela deve ser desenvolvida com base em pesquisas, consultas a especialistas, envolvimento da comunidade educacional e atenção das necessidades e objetivos educacionais assim como, deve ser articulada de forma clara e abrangente para orientar ações que promovam melhorias no sistema e no aprendizado dos alunos.

Sobre as práticas avaliativas, é importante observar que estão presentes nas escolas desde os séculos XVI e XVII. Podemos afirmar que, muitas vezes, eram as práticas de exame realizadas de forma oral, limitando os conteúdos ensinados e contendo questões que muitas vezes não eram relacionadas sobre avaliação e currículo.

As relações começam a ficar evidentes quando é necessário avaliar a qualidade dos programas curriculares, que serviam de base para o trabalho das instituições de ensino. A primeira tentativa de realizar uma avaliação formal ocorreu nos Estados Unidos, na década de 1845, em Boston. O principal objetivo foi avaliar o desenvolvimento do currículo nas escolas. Madaus, Scriven e Stufflebeam (1983, p.5) relatam: “[...] Este evento é importante na história da avaliação porque iniciou uma longa tradição de uso dos resultados dos alunos em

testes como principal fonte de dados para avaliar a efetividade da escola ou do programa curricular”.

Por isso, essa foi a forma encontrada para avaliarmos as propostas de um modo formal, das quais são utilizadas até hoje, porém sofrem alterações com o passar dos anos. As propostas avaliativas formais foram desenvolvidas por Joseph Rice em meados de 1897 a 1898. Sendo a primeira experiência com foco no programa curricular de ortografia, os resultados trouxeram preocupações sobre as formas de avaliação. Assim foram elaboradas de forma mais pontual.

Entendemos a avaliação educacional com o intuito de fazer uma análise da qualidade do currículo, dos programas curriculares e das práticas pedagógicas perante ao aluno no cotidiano escolar.

Os resultados obtidos trouxeram a necessidade de mudanças entre a avaliação e o currículo e assim, nos meados do início do século XX, o novo objetivo da avaliação educacional, voltou-se para o desenvolvimento de instrumentos avaliativos, com diferentes métodos do conteúdo no processo educativo permitindo resultados diferentes para o melhor desenvolvimento do aluno. Segundo May (*apud* MADAUS, SCRIVEN; STUFFLEBEAM, 1983, p. 7-8) “diagnosticar fraquezas específicas do sistema e avaliar o currículo e o desempenho geral do sistema, além de ser usada para tomar decisões acerca dos indivíduos”.

Para entendermos historicamente as políticas educacionais no Brasil precisamos fazer uma reflexão das relações entre avaliação e currículo através da transformação das avaliações de desempenho dos estudantes a partir de 1990. E assim, trazer a especificação do trabalho pedagógico nos processos de elaboração curricular e a forma como elas determinam o trabalho que deve ser realizado nas escolas.

O DESENVOLVIMENTO DAS AVALIAÇÕES NO CENÁRIO EDUCACIONAL BRASILEIRO

Na década de 80, as avaliações em larga escala começaram a ser aplicadas no país, esse ato foi chamado de Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Público de 1º grau (SAEP) e foi a base de uma política de avaliação federal, atingindo todo um sistema educacional com níveis, ensino fundamental ao superior, trazendo assim, uma nova fase entre avaliação e currículo.

Com o crescimento das avaliações em grande escala e de todos os níveis educacional brasileiro, sejam elas federais, estaduais ou municipais, observou-se um entusiasmo em relação aos resultados no desempenho dos alunos. Sendo assim, a partir da década de 1990, aconteceu

a ampliação do projeto houve a participação do Brasil em 15 avaliações de pesquisas avaliativas internacionais.

A proposta do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), da Prova Brasil e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), o processo começou a ser monitorado sistematicamente por meio do processo educativo. Essas movimentações implicaram nos currículos e no trabalho pedagógico realizado pelas escolas.

O maior serviço que a avaliação pode prestar é identificar aspectos dos cursos que são desejáveis de rever. Os responsáveis por desenvolver um curso gostariam de apresentar evidências de que seu curso é efetivo. [...] A avaliação, utilizada para o aprimoramento do curso enquanto ele ainda está em curso, contribui mais para o aprimoramento da educação do que a avaliação usada para mensurar um produto já colocado no mercado (CRONBACH, 1963, p. 319-320).

As propostas atuais têm se concentrado nos resultados dos alunos em cada etapa final do ensino, trazendo assim esperança por um ensino de qualidade. No entanto, essa abordagem tem gerado várias críticas relacionadas à avaliação e ao currículo. Assim diz Barreto:

Contudo, apesar de várias preocupações estabelecidas entre relações da avaliação externa e currículo, precisamos entender que ainda a um longo caminho ser percorrido para termos um ensino de qualidade. Em face da persistência dos resultados sofríveis do rendimento escolar na escola básica, alguns estados que mais se orientaram pelas avaliações externas, apostando na interpretação dos dados das provas pelas escolas, mas, principalmente, adotando políticas de formação docente dirigidas à superação desse diagnóstico crítico, começam, então, a voltar suas atenções para a gestão do currículo. Gestores das redes de ensino começam então a admitir explicitamente que as referências curriculares oferecidas pelos PCN são excessivamente genéricas. Além disso, eles têm de lidar com a grande dispersão das ações de currículo nas suas escolas, buscando criar condições de planejar e monitorar a implementação de programas compartilhados por toda a rede. As matrizes de avaliação se mostram insuficientes para orientar o que deve ser ensinado e aprendido, uma vez que constituem um recorte muito parcial e limitado do currículo (BARRETO, 2013, p. 137).

As políticas visam oferecer educação de qualidade e proporcionar aos indivíduos em formação, um objetivo central, buscando reduzir as disparidades e criar oportunidades iguais para todos.

O ensino no Brasil está atualmente em processo de discussões sobre avaliação e currículo, com o intuito de entender os modelos de avaliação em grande escala avaliar o desenvolvimento dos alunos.

AS PRINCIPAIS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS

As políticas educacionais brasileiras relacionadas à avaliação e currículo têm passado por várias mudanças ao longo dos anos e traz documentos que abordam esses aspectos da educação no Brasil:

1. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): A BNCC é um documento que estabelece os conhecimentos, competências e habilidades que todos os alunos da Educação Básica devem desenvolver e serve como referência para a elaboração dos currículos das escolas em todo o país.
2. Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB): O SAEB é uma avaliação nacional que mede o desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática e é realizado como um indicador da qualidade da educação no país.
3. Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é uma avaliação amplamente reconhecida que mede o desempenho dos estudantes do ensino médio e é usado como critério de acesso ao ensino superior, e influencia o currículo escolar, pois a BNCC deve estar alinhada às competências avaliadas no exame.
4. Programa Nacional de Avaliação da Educação Básica (PNAEB) é um programa que visa avaliar a qualidade das escolas públicas e privadas da Educação Básica, incluindo a infraestrutura, os recursos didáticos e a gestão escolar.
5. Avaliação da Educação Superior: Além das políticas voltadas para a Educação Básica, também existem avaliações no nível superior, como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que avalia as instituições de ensino superior, considerando diversos aspectos, incluindo o currículo.

Essas políticas educacionais desempenharam um papel fundamental ao longo da história. Moldando o sistema educacional em diferentes sociedades e influenciando o desenvolvimento cultural, social e econômico. Esses processos têm sido cruciais por inúmeras razões:

- **Acesso à educação:** as políticas educacionais buscam garantir uma educação mais acessível a todos os membros da sociedade, independentemente de sua origem socioeconômica, gênero ou etnia.
- **Desenvolvimento da força de trabalho:** a educação é essencial para preparar uma força de trabalho desafiadora e competitiva. Políticas concentradas na formação de habilidades

relevantes para o mercado de trabalho podem contribuir para produtividade, inovação e crescimento econômico.

- Uma cidadania informada: uma população educada é capaz de compreender e participar dos processos democráticos da sociedade. As políticas educacionais devem promover o pensamento crítico, a tomada de decisões informadas e a participação cívica, fortalecendo a democracia.
- Mobilidade social: a educação tem sido um meio importante para a mobilidade social, oferecendo educação de qualidade, trazendo benefícios para o desenvolvimento da sociedade.
- Desenvolvimento cultural e social: Por meio da educação, os valores culturais e sociais de uma sociedade podem ser transmitidos e preservados. Políticas educacionais podem ser usadas para promover a diversidade cultural e linguística, bem como fortalecer a coesão social.
- Inovação e pesquisa: sistemas educacionais significativos para a geração de conhecimento e inovação e que incentivam a pesquisa em instituições educacionais têm o potencial de avanços tecnológicos e científicos.
- Redução da pobreza: a educação está associada à redução da pobreza e as políticas educacionais oferecem oportunidades de ensino para grupos marginalizados. Podem ajudar a quebrar o ciclo de pobreza, fornecendo às pessoas as ferramentas necessárias para melhorar suas vidas.
- Saúde e bem-Estar: a educação tem impacto na saúde e no bem-estar, promove a conscientização sobre questões de saúde, higiene e nutrição para melhorar a qualidade de vida das populações.
- Sustentabilidade e meio ambiente: a educação desempenha um papel fundamental na conscientização ambiental e na promoção de práticas sustentáveis. A educação ambiental pode contribuir para a proteção do meio ambiente.

Em resumo, as políticas educacionais historicamente desempenharam um papel crucial na formação das sociedades, afetando diversos aspectos da vida humana. E ela tem o poder de moldar a próxima geração, influenciar o futuro do país e impactar efetivamente a qualidade de vida das pessoas.

O QUE É CURRÍCULO E AVALIAÇÃO

Avaliação e currículo são conceitos-chave na educação e cada um desempenha um papel fundamental no processo de aprendizagem.

Quando falamos em avaliação, referimo-nos à análise sistemática e cuidadosa do desempenho dos alunos para medir o seu progresso, compreensão e capacidade de atingir os objetivos educacionais propostos e estabelecidos. A avaliação pode ser feita de diversas formas, como: testes, exames, projetos, demonstrações e observação contínua.

As avaliações são projetadas para fornecer aos alunos, educadores e ao sistema educacional um meio para entender como os alunos absorvem o conteúdo, permitindo-lhes adaptar o ensino para melhor atender às necessidades individuais de aprendizagem.

Um currículo é um plano abrangente que define o que é ensinado em um determinado curso ou programa educacional, incluindo os objetivos de aprendizagem, tópicos abordados, métodos de ensino, estratégias de avaliação e recursos necessários para facilitar a aprendizagem do aluno. Um bom currículo descreve objetivos específicos e assegura que os alunos adquiram conhecimentos, competências e habilidades relevantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se a falta de manutenção de trabalhos que foquem na própria qualidade e averiguação do currículo em programas curriculares em sua essência. As conclusões, pesquisas e citações já mencionadas vão convergindo com da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e outros aspectos, suscitando em um grande debate que, em última análise, deve refletir as preocupações emergentes relacionada entre o currículo e avaliação.

Chegamos até o ponto em que se percebe que a relação entre currículo e avaliação são processos indispensáveis e indissociáveis. Vale destacar a necessidade de distinguir a reflexão sobre as referências para a construção das avaliações em larga escala e o debate sobre a aplicação delas no currículo. Nesse sentido, cabe esclarecer o significado de matriz curricular. Uma matriz é o norte, uma bússola para guiar o currículo ensinado nas escolas. Procura, em tese, estabelecer um consenso de aspectos comuns sobre o que se deve estruturar cada área do ensino.

É importante lembrar que a educação formal é, em suma, guiada por intencionalidades e, ignorá-las ou negligenciar a orientação desses processos escolares podem ser descritos como abandono do corpo docente e da própria instituição.

Para esse debate, seria necessária uma ampla troca sobre os objetivos e meios educativos e, então, sobre a viabilidade, aplicação e fronteiras ao se construir um currículo capaz de atender

as carências educativas com qualidade, e não pelo que se consegue resumir em avaliações externas em grande escala.

Portanto, enquanto essas reflexões e discussões mais amplas não forem efetivamente abordadas, não teremos nenhum avanço na direção de entender, realmente, as ligações entre avaliação e currículo dos sistemas de educação.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer imensamente as nossas professoras orientadoras pela dedicação a nós, acadêmicas e na construção deste artigo.

REFERÊNCIAS

BAUER, Adriana. Currículo e avaliação: sistematizando o debate. In: **XII Colóquio sobre Questões Curriculares/VIII Colóquio Luso-Brasileiro de Currículo/II Colóquio Luso-Afro-Brasileiro de Questões Curriculares**, 2016, Recife. Currículo, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Avaliação. Recife: Anpae, 2016. v. 2. p. 729-741.

BAUER, Adriana. “NOVAS” RELAÇÕES ENTRE CURRÍCULO E AVALIAÇÃO? RECOLOCANDO E REDIRECIONANDO O DEBATE. **EDUR. Educação em Revista** Belo Horizonte, v.36, e22388 2020; .Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698223884> <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

BAUER, Adriana. Usos dos resultados das avaliações de sistemas educacionais: iniciativas em curso em alguns países da América. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos** (impresso), v. 91, p. 315-344, 2010.

BARRETO, Elba S. S. As novas relações entre o currículo e a avaliação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 12, p. 133-144, jan./jun. 2013.

BATISTA, Antônio A. G.; BARRETO, Elba S. S.; GUSMÃO, Joana B.; RIBEIRO, Vanda M. Renovação dos documentos curriculares dos anos finais do ensino fundamental nos estados brasileiros: (2009-2014). **Cadernos Cenpec** | Nova série, v. 5, n. 2, p. 138-165, jul./dez. 2015.

CRONBACH, Lee. Course improvements through evaluation. **Teachers College Records**, New York: TCR, 1963. Disponível em: Acesso em 01 maio 2018.

FREITAS, Dirce Nei T. de. **A avaliação da Educação Básica no Brasil**: dimensão normativa, pedagógica e educativa. Campinas: Autores Associados (Coleção Educação Contemporânea), 2007.

LEWY, ArieH (org.). **Avaliação de currículo**. São Paulo: EPU, 1979.

LIMA, Maria do Socorro. Avaliação da aprendizagem escolar: medos e desafios. **Revista Científica Semana Acadêmica Fortaleza** N° 000119 02/02/2018

MADAUS, George; SCRIVEN, Michael; STUFFLEBEAM, Daniel L. (Ed.) **Evaluation models: viewpoints on Educational and Human Services Evaluation**. Boston: Kluwer-Nijhoff, 1983.

MINHOTO, Maria Angélica P. **Avaliação educacional no Brasil: crítica ao exame nacional do ensino médio**. 2003. Tese (Doutorado em Educação: História, Política e Sociedade). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, Neli Armstrong. **ENEM: mecanismo de reformulação ou de avaliação do ensino de Língua Portuguesa?** 01/03/2002. 151 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2002.

PESTANA, Maria Inês. O sistema de avaliação brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 79, n. 191, p. 65-73, jan./abr. 1998. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/1044/1018>. Acesso em 30 out. 2018.

STUFFLEBEAM, Daniel L. The CIPP Model for Evaluation. In: KELLAGHAN, T., STUFFLEBEAM D.L. (eds). **International Handbook of Educational Evaluation**. **Kluwer International Handbooks of Education**, v. 9. Springer, Dordrecht, 2003, p. 31-62.